

2017 não será um ano fácil para o Brasil. Portanto, não será um ano fácil para a população, nem para as empresas

Por Antonio Penteado Mendonça



A CNseg (Confederação Nacional das Empresas de Seguros, Previdência Complementar, Capitalização e Planos de Saúde Privados) acaba de publicar uma prévia do resultado do setor em 2016, com um faturamento total até setembro na casa dos 300 bilhões de reais. É número para não se colocar defeito, ainda mais num ano como 2016, que passou e não vai deixar saudades.

Tão importante quanto o total do faturamento é a informação de que, entre mortos e feridos, o setor cresceu em termos nominais perto de 9%, ou seja, ficou mais ou menos empatado com a inflação. Quando se compara este resultado com o de vários outros setores da economia, como o automotivo, por exemplo, fica claro que o setor de seguros se mostrou bastante resiliente em relação aos estragos causados pela crise e que teve um desempenho muito bom dentro da economia nacional.

Ainda entre as notícias positivas, vale salientar que nenhuma empresa expressiva, pelo tamanho ou pelo campo de atuação, sofreu abalo mais sério, ou seja, todas continuam solventes e perfeitamente aptas a cumprirem seu papel de guardiãs do patrimônio e da capacidade de atuação da sociedade brasileira.

Evidentemente, o desempenho das diferentes carteiras não foi homogêneo. Algumas tiveram resultados positivos, outras empataram e outras perderam. E isso influencia os balanços individuais das companhias. Quem estava calçado em seguros de automóveis amargou um ano muito difícil. Da mesma forma que não foi um ano fácil para as seguradoras de riscos patrimoniais. Surpreendentemente, apesar das altas taxas de desemprego, os seguros de vida, sem contar os VGBL, tiveram crescimento positivo. E os planos de previdência complementar continuaram a ser as vedetes do mercado, com números importantes, capazes de permitir afirmar, com pouca margem de erro, que as reservas do setor devem atingir a casa de um trilhão de reais no final de 2017.

2017 não será um ano fácil para o Brasil. Portanto, não será um ano fácil para a população, nem para as empresas. Se houver algum crescimento, este acontecerá no segundo semestre, muito provavelmente apenas após o terceiro trimestre.

Algumas expectativas já começam a ser revistas para baixo, como é o caso da indústria automobilística, que reduziu a projeção de crescimento de 5% para 2,5%. Isso terá impacto no desempenho das seguradoras fortes na carteira de automóveis, da mesma forma que o alto índice de roubos de carga não promete um ano melhor para os seguros de transporte.

Os seguros para grandes riscos dependem diretamente da retomada das grandes obras de infraestrutura e da retomada do crescimento, com a construção de novas plantas industriais. São incógnitas para as quais o país ainda não tem respostas. Então são carteiras que não devem crescer muito, até pela falta de tempo.

Mas o brasileiro está indubitavelmente mais consciente da necessidade de tomar medidas de proteção para si e para a família e isso passa pela maior procura pelos seguros de vida e pelos planos de saúde privados, além da previdência complementar, que tem sentido pouco os efeitos da crise.

É verdade que o país ainda atravessa um período de forte turbulência político-institucional, com operações como a Lava Jato escancarando um enorme processo de corrupção inédito no mundo e a briga entre os Poderes complicando a governabilidade. Mas, se olharmos com atenção, veremos que o Governo está fazendo o que se comprometeu a fazer e assuntos importantes, como a limitação do teto de gastos, a reforma da Previdência, o marco do Pré-sal, as regras para empresas estatais e a reforma trabalhista começam a sair do papel.

São notícias importantes porque sinalizam que a nação não está imobilizada e que, com um pouco de jeito e um pouco de tempo, o Brasil sai do buraco. Por isso, é o momento do setor de seguros repensar seus produtos e adequá-los às novas necessidades da nação. Com certeza, depois da crise, o brasileiro vai procurar a proteção que ele sabe que precisa e que deseja contratar.

Fonte: SindSegSP, em 13.01.2017.